

INVESTIGAÇÃO ETNOGRÁFICA EM TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS: Notas de terreno e comentário

Luís Fernandes*/Tiago Neves* (Organizadores)

Miguel Chaves** (Comentário)

A partir da década de 80, alguns bairros sociais situados nas periferias de Lisboa e do Porto, a par com zonas de construção precária erigidas em terrenos periurbanos, vão progressivamente ganhando visibilidade pública como lugares da venda e do consumo de drogas.

O mercado das drogas duras estava, por esta altura, a instalar-se em Portugal com as características que já se lhe conheciam noutros países da Europa Ocidental e nos EUA: profissional, aberto (relação *dealer*-cliente ao estilo de qualquer relação de mercado), centrado na figura do pequeno *dealer*, funcionando de modo permanente, altamente resistente ao controlo policial e jurídico-penal, disseminado no tecido urbano e com procura crescente. Esta disseminação não é nem homogénea nem aleatória. Pelo contrário, há características da ecologia urbana e da distribuição dos grupos sociais que favorecem a sua instalação enquanto mercado de rua nas zonas que, situadas em núcleos habitacionais que concentram tais características, se constituem como pontos de encontro mais ou menos permanente de indivíduos interessados nas actividades do «mundo da droga» - chamámo-los então a essas zonas *territórios psicotrópicos* (Fernandes, 1998a; 1998b).

Foi, precisamente, algumas dessas zonas que levámos a cabo várias investigações etnográficas ao longo de toda a década de 90: entre 1990 e 1995 em bairros sociais da periferia ocidental do Porto (Fernandes, 1991; 1995; 1998b)

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

** Universidade Nova de Lisboa.

e de 1996 a 1999 em bairros da periferia oriental (Neves, 1997; 1998; 2000; Fernandes & Neves, 1997; 1999).

Os *Diálogos sobre o Vivido* deste número da revista *Educação, Sociedade & Culturas* são constituídos por um conjunto de excertos retirados dos diários de terreno, relativos a estas investigações, de Luís Fernandes e Tiago Neves. Este material empírico é, em seguida, sujeito ao olhar crítico dum outro investigador - Miguel Chaves - cujo labor nos últimos anos se concentrou sobre um outro contexto urbano conotado com as drogas: o Casal Ventoso.

Notas de terreno de Luís Fernandes, 14 de Abril de 1992

«Vamos para o bairro de carro, mas deixamo-lo estacionado na marginal. Depois, a pé, fazemos a primeira escala: a tasca do Careca, ainda na marginal e fora do bairro, mas por vezes com frequência marginal. (...) Sentamo-nos, comemos sandes e bebemos cerveja [eu, o J.A. - meu informante privilegiado - e a P., amiga do J.A.]. (...)

[Às 18.40 horas] Saímos do Careca e dirigimo-nos, a pé, para o bairro. Pergunto ao J.A.: “Que vamos lá fazer?”, “Que é que fazemos?”. “Não te preocupes! Arranja-se sempre!” - di-lo com um ar confiante que me tranquiliza.

Entramos então no bairro e é o cenário do costume. À entrada, uma *roullote* de comidas ligeiras. Depois, lá dentro, o costume. Gente em trânsito pela via central do bairro, de alcatrão em mau estado. É fim de tarde, dirigem-se para as suas casas. Como de costume, também, crianças brincam pela rua, de bicicleta, de *skate*, com bolas. Algumas, muito sujas e com roupas velhas, denotam a condição sócio-económica desfavorecida. Grupos de mulheres, encostadas em recantos, conversam. Há também cães. Olhando as torres, batidas pelo sol de fim de tarde, vê-se o seu estado de degradação estrutural. E, sobretudo, muita roupa a secar. Percebe-se que é um local «diário», intensamente habitado. O cenário de rua, quase sem trânsito automóvel mas com trânsito de peões, é disso prova.

Quando começamos a subir há um jovem que nos olha atentamente. Tem o ar de *junkie* dos jovens daqui, com que já estou algo familiarizado. O J.A. diz-me: “Não vejo ninguém conhecido, ‘tou a ver que mudaram para ali para

baixo”. Mas, apesar disso, continuamos a subir. De repente o J.A. é intersectado por um indivíduo (...) que designo por MC.

- Então, tás bem?

- 'Tão, tá tudo? - responde o J.A.

Eu e a P. afastamo-nos um pouco, ficando então parados a conversar, à espera que a conversa entre o J.A. e o MC se desenvolva. (...) “Nós a dizermos que ele não encontrava ninguém conhecido...”, comenta a P. O J.A. e o MC aproximam-se um pouco de nós e ouço um pouco da conversa:

- Eu tenho os panfletos mais bem aviados daqui. Coca, heroína. Ninguém te avia melhor que eu.

- 'Tá bem, mas eu venho à procura doutra coisa. Tens visto o K.?

- 'Tou à espera dele, foi ali acima buscar para darmos um caldo.

[A conversa prosseguiu enquanto esperávamos pelo K.] Mais tarde, o J.A. confessa-nos que não conhecia o MC de lado nenhum! E que aquele se lhe dirigiu “porque viu logo três e pensou que íamos à procura de pó e pensou que ia ali fazer um belo negócio”. Pergunto-me só porque se dirigiu logo ao J.A. Ainda não tenho um ar «fidedigno» em territórios duros? (...)

[Entretanto] chega o K.

- Então, J.A.! O que eu tenho andado à tua procura!

Cumprimentam-se efusivamente. Estamos, agora, ali eu, a P., o J.A., o K. e o MC.

- Então, que há, J.A.? - diz o K.

- Precisava de falar contigo, por causa de...

- Vamos lá dentro.

Começa a dirigir-se para a entrada da torre. O J.A. vai atrás, tal como o MC. Eu e a P. hesitamos. O K. faz-nos sinal para os seguirmos, mas pergunta ao J.A.:

- Os teus amigos... É só os dois, que queres falar?

- Ná!

Seguimo-los, então.

Ao fazermos o trajecto para o interior da torre, somos interceptados por um dos indivíduos que está colocado à entrada da torre (a 5-8 metros da porta), de pé e nos observa desde o início.

- Onde é que vais? Ei! Ei! Lá para dentro não!

- Qu' é que queres, carago? É o J.A., um amigo - diz o K.

- Não é esse, é o senhor!

Eu, ao ouvir isto, hesito e volto-me para o indivíduo. O K. e o J.A. já vão a descer as escadas que dão acesso à cave [da torre e] eu digo:

- Ó J.A., vai tu, eu espero aqui...

Ele faz-me um sinal enérgico de que não recue e diz:

- Caga no gajo, entra!

Eu ainda olho para o indivíduo que me interpelou (indirectamente embora), para lhe dar alguma explicação. Mas ele não faz menção de interagir e eu, num segundo apenas para decidir, inicio a descida das escadas para a cave, disposto a segui-los.

Atravesso então a cave. Está escura, o cimento húmido e em bruto, sem qualquer forro ou pintura. Passamos por 2 ou 3 portas que dão para interiores escuros e assomamos a uma porta que dá acesso a um quarto, obviamente interior. Entramos. O K. diz, e vai repeti-lo durante os primeiros minutos:

- Pá, não reparem, isto é um quarto assim...

Enquanto o diz tenta arrumar superficialmente alguns objectos. Puxa uma cadeira para o J.A., outra para mim (só o assento, as costas da cadeira já partiram, é uma cadeira almofadada), passa a mão no assento a tirar o pó e diz:

- Sentem-se, pá, estejam à vontade.

Eu sento-me, o J.A. também.

O quarto: interior, acanhado, com uma pequena retrete de serviço, uma cama de estilo, uma mesinha de cabeceira e uma cómoda com objectos de chuto. (...) O MC, que entra no quarto pouco depois, circulará da cómoda para o WC e vice-versa por duas vezes, ao ritmo dos dois xutos que dará ao longo da nossa estadia ali. Inicia-se então uma conversa que decorre em tom coloquial, espontâneo, agradável, com o K. como principal emissor. Durará cerca de uma hora e os principais temas serão a droga e o futebol. Registo a seguir aquilo que retive de memória:

- Ó J.A., és um malandro! Este gajo é um malandro! - diz, virado para mim.

- Se soubesses o que já andei à tua procura! O que eu já te procurei! Andei muito mal! Estive muito mal, passei aí um tempo muito mau...

- Mas agora estás com melhor aspecto - diz-lhe o J.A. - não digo a maneira como estás vestido, refiro-me ao teu aspecto, estás melhor fisicamente.

- Felizmente agora passei a fase pior, agora sinto-me muito melhor. Mas andei aí um tempo! Dez gramas de pó, dez gramas de coca, sempre a meter. A qualquer hora, de madrugada, por aí a desatinar. Não andava bem...

- Fisicamente? - pergunto eu.

- E sobretudo mentalmente, também. O que eu telefonei a este gajo! Tu não és psicólogo? Tinhas que me dar umas palavras nessa altura, não era não apareceres. Telefonei para o teu serviço, até cheguei a dizer que era o Dr. EG, a ver se assim me punham em contacto contigo! Mas agora estou melhor, desde que voltei à meta, ao Centro. Então, ao que vens, J.A.?

- Vim-te ver, já não sabia de ti há muito. Tem havido haxixe, tens arranjado?

- Ó pá, o que anda aí sabe a petróleo. Agora aí é só caldos. Mas posso mandar um gajo aí à Ribeira ou o carago ver o que se arranja.

Dá então um berro para chamar alguém que estará fora do quarto. O J.A. imediatamente diz:

- Ná, eu não quero, deixa lá!

Mas o K. insiste:

- Ó MC, fazes-me um favor?

- Óooh! Que foi? (voz do exterior do quarto, que denota pouca vontade de realizar o pedido).

Entra então «a voz» para o quarto (...). Percebe-se então que o K. o chamou por causa do «caldo» que vão dar a medias. O MC olha-nos e diz:

- Mas estão aqui estes teus amigos...

- Não importa, pá. É gente amiga.

O MC fica então de pé, debruçado ligeiramente sobre a cómoda e começa a preparar um caldo para chutar. Está na semi-obscuridade porque a única luz que alumia o quarto interior não chega ao recanto da cómoda. Limpa uma agulha com algodão e olha-nos de novo e diz:

- Vocês desculpem... Não se importam?

- Não, pá! - diz o J.A.

Daí a momentos, enquanto o K. fala ainda dos seus altos e baixos com o pó, volta a insistir:

- Vocês desculpem... Não se importam?

- Ó meu, está à bunta, qual é a tua? - respondo eu, utilizando propositadamente linguagem de gíria.

Continua então a preparar uma infusão para depois injectar.

O K. prossegue na sua conversa.

- Mas agora estou bem. Estou muito satisfeito, muito satisfeito por vos ter aqui! Estou mesmo! Se fosse noutra altura não tinha cabeça, mas agora sinto-me mesmo bem convosco aqui. Tenho conseguido controlar-me, então vê lá, a minha mulher, coitadita, chega-me outro dia a casa toda contente com um quarto de coca para eu chutar e eu disse-lhe "Para que é que eu quero isso?". Vê lá, coitadita, a julgar que me fazia bem...

- Cuidado com a coca, K... - diz o J. A.

- Ó, eu controlo, até parece... E o meu miúdo tem pó, aquele que está lá fora, bastava eu mandar-lhe ir pedir um caldo... Mas agora estou a controlar.

- A ver se com a malta passas esta fase pior... - digo eu.

- Pois é. O pior é a agulha. É ultrapassar a agulha. Sabes que há aí gajos que não têm nada para chutar - só a agulha. Eu andava aí, há pouco tempo, já não tinha braços... Agora ando melhor, ontem dei um xuto, só para relaxar (...).

O MC dirige-se ao K. e diz:

- Dá-me aí a tua pistola.

O K. levanta-se e tira do bolso do blazer (um blazer novo, vermelho escuro, corte impecável) um seringa. Entrega-a ao MC. Este retira-se para a cómoda e vai enchê-la. Depois entrega-lha e o K. pousa-a, sem sequer a olhar ou se interromper na conversa, sobre a almofada da cama. O MC dirige-se então para o pequeno WC, que não tem porta, e de cócoras e virado para nós, encostado à parede, inicia um xuto. O K. continua a conversar sobre a forma como, na sua opinião, agora anda numa fase positiva da gestão do pó.

- Se fosse aqui a atrasado, eu via aqui a máquina ao meu lado e não me continha.

- Ai isso era, mandavas logo a máquina toda! - diz o MC, enquanto bombeia o xuto.

Este padrão vai depois repetir-se num segundo xuto do MC, passados mais ou menos 10 minutos sobre o primeiro: de cócoras, a bombear o pico de heroína, demorando talvez 4/5 minutos em cada pico, deixando longamente a seringa no braço e, o mais curioso para mim, sem perder o contacto com a conversa, antes continuando a participar nela, normalmente com pequenas frases para corroborar as teses do K. (...).

- Agora quero endireitar a vida - diz o K. - Às vezes sinto-me culpado disto tudo. Os meus miúdos não tiveram um bom exemplo, eu nessa altura devia ter agido doutra maneira. Vê lá, a minha miúda também anda na meta, o meu miúdo anda aí a vender alguns gramas por dia, pá, é extremamente perigoso mas tem de ser. Agora que tenho um netinho quero ver se dou outro exemplo.

- Que tal é ter um netinho? - pergunto eu, sorridente, manifestando surpresa pela notícia.

- É bestial, pá. Ainda ontem estive um grande pedaço a brincar com ele. É por isso que eu agora tenho que...

Entra a filha do K., bate primeiro à porta e ele diz:

- Entra, são uns amigos.

Mantém uma breve conversa com o pai sobre um assunto corrente. Veste calças de fato-de-treino vermelhas, é baixa e com aspecto de rapariga de bairro. Tem uma saca com mais ou menos 20 pães e o pai diz:

- Então, não te despedes destes senhores?

- Xau! - diz da porta, em tom de brincadeira.

Continua a dizer que tem de entrar em nova vida:

- Já vou fazer 41 anos, pá. Agora tenho o neto, ele tem de ter outro exemplo. E agora, se conseguir sair disto, já posso impor outra ordem lá em casa. Assim não posso, eles dizem: "Então e tu?". Mas depois quero-lhes dar outra educação. Agora tenho de ir trabalhar. Mas primeiro tenho de recuperar, não é ir trabalhar dois dias e não aparecer mais. Ver se começo a pôr-me bem para... talvez pegue outra vez no táxi.

(...) Faz também longos percursos pelo mundo do futebol, que conhece por dentro. Tem o jornal «A Bola» em cima da cama e fala com conhecimento de causa sobre este desporto, revelando aqui atenção ao «real», manutenção da atenção ao que o rodeia. Mas fala da droga no mundo da bola, em futebolistas de renome...

Também se refere ao programa «Conversa Afiada» e a outros programas da TV, que diz seguir com atenção.

- Ainda no domingo, viram? Estiveram lá dois psiquiatras. Ó pá!

Critica aquilo que ouviu (...).

Quando nos despedimos, já de pé, à saída do quarto, despeço-me do MC, apertando-lhe a mão.

- MC... não é? (repto o nome, a ver se não me engano).
- É...
- Prazer em conhecer-te, pá.
- P-r-a-z-e-r... (arrasta a voz e olha-me com o tónus facial frouxo e os olhos heroïnados. É a primeira vez que lhe noto efeitos evidentes dos xutos).

Notas de terreno de Tiago Neves, 13 de Junho de 1996

«Mais uma noite de festa organizada pela Comissão de Moradores, com o grupo de baile Prakistão. Mais uma festa enquadrada nas celebrações dos santos populares. Cheguei ao bairro às 22 horas.

Cheguei à Comissão e o A. estava de saída até casa. Pediu-me para esperar um pouco, dizendo que já voltava. Enquanto esperava, fui observando o ambiente no interior da Comissão, mais exactamente na sala de café. Duas ou três pessoas estavam ao balcão, a tomar café ou a beber uma cerveja. Por trás do balcão estavam dois indivíduos com as t-shirts *Não à Droga - Sim ao Desporto*. Havia algum movimento de indivíduos com essas t-shirts no interior da sede da Comissão - vinham buscar e levar material, falar com alguém... (mais tarde percebi que pelo menos alguns deles estavam associados à organização das festas). Um rapaz com umas sandálias, uns calções de ganga rasgados pelos joelhos e uma camisa cinzenta metia-se com algumas das pessoas que tinham as t-shirts vestidas e dizia: "Tu, com isso?!" - e ria-se. (...).

Esperei mais um pouco e o A. lá chega. Conversámos um pouco, no exterior da Comissão, e ele disse-me que tinha pensado numa pessoa que me queria apresentar. Um rapaz toxicodependente, aberto a conversar (...). Esse tal rapaz não estava de momento visível, mas [o A. sabia que] ele tinha estado na Comissão há uns minutos atrás. O A. pediu a um outro indivíduo que fosse chamar o F. Quando o F. chega, reparo que é o rapaz das sandálias e dos calções de ganga (...).

Juntamente com um tal J., o A. conduz-nos à sala de reuniões da Comissão. Reparo que o F. entra um pouco de pé atrás. Eu e o A. fazemos as apresentações de mim próprio e da investigação. Inicialmente, o F. diz não estar a perceber bem os objectivos - pareceu-me que tal se deveu inicialmente mais

a desconfiança do que a incapacidade de efectivamente perceber o que eu lhe estava a dizer. Aliás, nos primeiros 15 minutos de conversa interrompeu por duas vezes o seu discurso - fluido e speedado - para, de repente, me perguntar: "Tu não és mesmo polícia, pois não?". Parecia que me queria apanhar de surpresa.

(...) [o F.] falou quase ininterruptamente durante aproximadamente meia-hora, num discurso acelerado, pleno de informações e emoções, e muito centrado em si próprio. Diz o F.: tenho 28 anos, sou viciado em heroína há 6 e comecei a meter-me na coca há 2 ou 3 meses e acho que estou a começar a ficar agarrado. A heroína dá ressaca, dores nas pernas, mas a cocaína só dá ânsia (...).

Dei cabo da minha vida e da dos meus pais. Ainda por cima, eles já são velhotes - ele tem 82 anos e ela menos 13 - e sofrem muito. Mas eu nunca me injectei - aí é que vai ser o fim. Nunca digas "desta água não beberei".

Isto foi depois de ter saído da tropa, há 6 anos. Lá comecei a fazer umas coisas, e depois cheguei cá e fiquei mesmo agarrado. Dizem que a tropa é uma escola de homens mas não é nada. Dei cabo disto tudo, e o que ainda me vale são os meus pais. Quando os velhotes morrerem - e o meu pai já só aguenta mais 4 ou 5 anos - é que eu caio mesmo no abismo. E a minha mãe nem podia ter filhos. Depois é que fez uma operação e o meu pai, já com 57 anos, lá conseguiu fazer um filho. Mais valia não terem feito nada, para nascer este monte de merda... E eu tive uma educação muito tradicional - não foi militarista mas [foi] "à antiga" - e aqui no bairro até me chamavam o "menino da mamã". Por exemplo, quando ia jogar futebol à noite a minha mãe só me deixava jogar à frente do bloco. Hoje andam os miúdos de 10/11 anos na rua às 2 e 3 da manhã...; eu na idade deles estava na cama às nove da noite! Depois quis ser mafioso como os outros e lixei-me. Queria mostrar que o menino da mamã também podia ser mafioso, que era um homem.

Agora estou nisto, passo os dias aqui a tentar arranjar dinheiro para mandar uns canecos. (...) E não consigo sair disto e quando os meus pais morrerem é que me afundo mesmo. E não me digam que ter dinheiro não é importante - era muito mais fácil livrar-me disto se me pudesse ir embora daqui, ou se estivesse sozinho numa aldeia... Já faltei duas vezes a consultas no CAT, mas aquilo também não serve para nada (...).

Neste momento entram na sala dois miúdos de 9/10 anos e um homem adulto (...). Aproveitando a quebra na conversa, o F. aproveita para sair, despedindo-se e dizendo que, quando eu quiser voltar a falar com ele, que apareça. O J. toma então conta da conversa. Porém, passados para aí 10 minutos, o F. volta, dizendo-me: «Olhe, quer ver como é que é o ambiente aqui do bairro? Vou-lhe contar o que me aconteceu agora mesmo! Olha, eu saí daqui e fui dar um caneco aqui atrás da Comissão. Estava lá porreiro, sem ninguém a ver e vem o Z. [um colaborador da Comissão] e apanha-me e arma uma gritaria do caralho e eu não estava a chatear ninguém e começa a dizer que não pode ser e que nós não podemos andar por aqui. Fez uma cena do caraças. Voltei aqui para te contar isto e para devolver o isqueiro ao A. (que lho tinha emprestado para ele acender um cigarro, ainda na Comissão). O A. não nos trata assim, não faz um gajo sentir-se na merda. O A. compreende. Isto depende das pessoas. Ainda outro dia, um gajo tinha ido dar um caneco e vinha-se embora ainda com as coisas nas mãos e aparece-lhe um polícia à frente. O gajo ficou logo todo enrascado e o bófia perguntou-lhe o que é que ele andava a fumar ali. Ele disse que era veneno. O bófia cheirou, mandou-lhe uma boca e deixou-o ir-se embora. Era um bófia porreiro. Mas não são todos assim. Há aí um gajo que lhes tem tanta raiva que outro dia atirou, de casa dele, uma câmara frigorífica para cima dum polícia. Falhou por pouco. E só não atirou o frigorífico porque não tinha força para o atirar pela janela.

Um gajo quando está com ânsia não pensa em nada. Dizem para não ir [consumir] para o pé da creche, mas um gajo não pensa em nada.

Eu tenho aqui o material todo bem organizado (nesse momento o F. mostra a carteirinha onde guarda o material). Os outros gajos têm o cachimbo cheio de lodo. [o meu] Está todo impecável.

Eu fui aqui atrás da Comissão porque não quis ir a casa. Já subi e desci as escadas umas 42 vezes, hoje. E são 73 degraus. E há 2 noites que não vou à cama.

[refere-se ainda brevemente às prostitutas que trabalham junto ao bairro] Elas estão ali para a Circunvalação: a P., a S., a V. Estão lá 3 ou 4 gajos em fila e elas lá em pé e vai um e vai outro e elas dizem: “Ai, que prazer” e entre cada dois [clientes] vêm ao bairro comprar uma dose. Não se limpam nem nada e depois há SIDA, tuberculose, etc. Ou então é mamada atrás de mamada e guarda-napos nos beiços...

Bom, vou-me embora; já sabes, quando quiseres, vem ter comigo».

Notas de terreno de Tiago Neves, 20 de Junho de 1996

«À chegada ao bairro vi o F. e ele também me viu. Acenámos-nos mutuamente. Conforme tínhamos combinado no dia anterior (...) [eu o M., toxicodependente com uma longa carreira nas drogas e o meu principal informante privilegiado durante todo o tempo da investigação] encontrámo-nos às três da tarde no bloco onde ele mora. O M. viu-me chegar da varanda de casa e chamou-me. Passado um minuto, já estava cá em baixo. Fomos dar uma volta, começando pela rua de cima do bairro e descendo depois ao princípio do bairro. Vimos que a polícia estava lá em baixo, na curva perto da Comissão de Moradores; estavam lá quatro juntos. Passámos por eles tranquilamente - o M. não tinha nada que o pudesse incriminar (nas suas palavras). A esquina estava sem ninguém à custa dos 4 polícias. (...)

Um pouco mais abaixo, o M. começou a falar com um indivíduo que eu não conhecia. O tal indivíduo - o C. - dizia que tinha vindo até ao bairro para comprar um panfleto porque o tio dele tinha chegado de uma viagem e tinha pensado em fumá-lo a meias com ele, estilo “boas vindas” ao tio. Só que, como a polícia estava lá, não se sentia muito à vontade para ir comprar. O M. perguntou-lhe porque é que ele não ia ao bairro X ou ao bairro Z. O C. respondeu-lhe que no X não conhecia bem aquilo e que era possível que o micassem e que no Z não conhecia ninguém. Perguntou então ao M. se não queria ir ao bairro X com ele, para lhe indicar o sítio ou a pessoa. (...) Eu disse-lhe que por mim estava tudo bem (...).

Metemo-nos então no carro do C. - um indivíduo de 26 anos, moreno, que não tem aspecto de *junkie* - um Peugeot 104 azul escuro, com a panela partida e a fazer um barulhão - e fomos para o bairro X. O C. a guiar, o M. atrás e eu no lugar do morto. O C. dizia que as colunas e o rádio do carro valiam mais do que o próprio carro.

Notei um certo receio do C. em ir ao bairro X; várias vezes perguntou “Onde é que paro o carro?”, “Que bloco é que é?” - estava um bocado ansioso... Disse-me que, na altura das milícias [Maio de 1995] tinha ido ao bairro X com dois amigos, no carro de um deles, e que um desses amigos ficou com a cabeça aberta e o carro danificado.

Parámos o carro pouco antes da escola primária. Um miúdo todo porco - tinha as orelhas e o pescoço negros de sujidade - veio pedir-nos 20\$00.

Nenhum de nós lhos deu. O M. disse-me depois que, para ganhar algum, aquele miúdo costuma vender cigarros avulso. O M. levou-nos então ao bloco Y. No exterior estavam alguns *junkies* mais ou menos dispersos. Duas “prostitutas da Trindade” - de acordo com o M. - passam por nós e ele cumprimenta-as, e elas a ele. Numa das entradas, quase sem eu me aperceber disso, veio um tipo perguntar o que se queria e o C. deu-lhe mil paus e ele entrou no prédio enquanto um outro tipo dizia da janela “Ninguém entra!”. O C. teve medo que lhe ficassem com o dinheiro até porque, segundo ele, “A mim custa-me a ganhá-lo”.

Um minuto depois o C. já tinha o panfleto e guardou-o. De volta para o carro, um sujeito passa por nós e pergunta ao M.: “Bases?”. E ele responde-lhe “Ali” e indica-lhe [o sítio], tão subtilmente que não sei se foi com a cabeça ou com o braço.

De volta ao carro, de volta ao bairro [de onde tínhamos saído].

(...)

Depois da conversa com o C., que entretanto teve de se ir embora porque se ia encontrar com alguém, eu e o M. continuámos a dar uma volta. Desce-mos a rua das escolas, subimos outra rua e voltámos a descer até à esquina da Comissão. A 200 metros de distância, o M. diz-me: “Estás a ver? Está lá um aglomerado. A polícia já se foi embora”.

Vamos até lá - e encontro o F. - e reparamos que, afinal, está um carro da polícia parado do outro lado da rua; a carrinha, no entanto, já se tinha ido embora, segundo o F. O F. diz-nos que ontem a carrinha se tido ido embora às 16.00 horas - “Devem ter ido ver o Portugal - Croácia, que começou às 16.30”. O F. está vestido com um fato-de-treino azul escuro, da Levi’s, e tem calçadas umas sapatilhas Reebok. Tem um olhar profundamente triste e está a ficar ansioso porque não tem dinheiro nem está ninguém a vender por ali (isto por causa do carro da polícia, que passados 10 minutos se foi embora).

(...) O F. volta a demonstrar o seu sentimento de culpa em relação ao facto de ser consumidor de droga - “É a pior coisa do mundo. Nunca te metas nisto”. Já o M. não me parece ter grandes sentimentos de culpa, pois segundo me disse, “Nunca quis sair da droga”.

Faço referência aos miúdos, de 13 a 15 anos, que estão ali na esquina, um grupo de 7 ou 8. Pergunto o que é que estão ali a fazer. O M. diz-me que são vendedores e/ou consumidores. Diz-me que os miúdos destas idades são, hoje

em dia, os principais vendedores do bairro X, especialmente para as pessoas que vêm de fora do bairro, que preferem comprar aos miúdos. Diz-me que há uma geração pronta a substituir a sua própria. Conta-me que os miúdos se fartam de fazer directas, que gastam muito do dinheiro que ganham a andar de táxi à volta do bairro e que os pais não lhes dizem nada porque, à noite, eles deixam-lhes 10 ou 15 contos... (...).

[Passado um bocado] Vamo-nos embora - eu despeço-me do F. (...). Vamos a casa do *junkie* com quem o M. tinha falado [para me apresentar] mas ele tinha de pintar o muro da casa com o pai. O pai pergunta ao M., a quem chama filho da puta, se não quer pintar também o muro, que ele dá-lhe 2000\$00. O M. diz que me anda a acompanhar num trabalho. O pai não acredita e prossegue com os insultos. O M. insiste e eu confirmo (...) - o pai finalmente acredita. O filho deve ter para aí 30 anos... [passados poucos meses, este indivíduo foi preso por tráfico de drogas, tendo estado detido cerca de 4 anos. Na prisão contraiu o vírus da SIDA. Estive novamente com ele já no ano de 2001].

Referências bibliográficas

- FERNANDES, L. e AGRA, C. da (1991) *Uma Topografia Urbana das Drogas - estudo exploratório no Porto*, Lisboa: GPCCD.
- FERNANDES, L. (1995) «O sítio das drogas», *Toxicodependências*, 2.
- FERNANDES, L. (1998a) *O Sítio das Drogas*, Lisboa: Ed. Notícias.
- FERNANDES, L. (1998b) «Periferias sociais e fenómeno droga», *Toxicodependências*, 4, 2.
- FERNANDES, L. & NEVES, T. (1997) «Periferias Urbanas, Sentimento de Insegurança e Controlo Social», Relatório integrado na investigação *Insegurança Urbana na Cidade do Porto - estudos interdisciplinares*, dirigida por Cândido da Agra e realizada no âmbito do Observatório Permanente de Segurança do Porto.
- FERNANDES, L. e NEVES, T. (1999) «Periferias Urbanas, Sentimento de Insegurança e Controlo Social - volume II», Relatório integrado na investigação *Insegurança Urbana na Cidade do Porto - estudos interdisciplinares*, dirigida por Cândido da Agra e realizada no âmbito do Observatório Permanente de Segurança do Porto.
- NEVES, T. (1997) *Lives of Resistance: the drug-business, underground economies and policing - an ethnographic study in a Porto council estate*, tese de mestrado, Goldsmiths College, Universidade de Londres (não publicado).

NEVES, T. (1998) «Etnografia das drogas no bairro do Cerco do Porto: a economia subterrânea», *Antropológicas* (número especial dedicado às Actas do 6º Congresso Internacional de Estudantes de Antropologia).

NEVES, T. (2000) «Economia subterrânea e cultura de resistência», *Colectânea de Textos do CAT das Taipas*, vol. XII.

COMENTÁRIO DE MIGUEL CHAVES

1 – Etnografia em «territórios psicotrópicos»

A expansão do trabalho etnográfico ao universo do consumo e tráfico de drogas que tem vindo a ocorrer, embora timidamente, em Portugal, possui virtualidades que a consulta dos registos dos diários de campo aqui publicados permite, desde logo, antecipar. A sua importância manifesta-se fundamentalmente em três aspectos.

Em primeiro lugar, registam-se dividendos conceptuais, pois a evidência empírica captada nos «territórios psicotrópicos» (Fernandes e Agra, 1991; Fernandes, 1998:167-68) obriga a uma reformulação constante dos instrumentos teóricos e metodológicos disponíveis. Esta reformulação resulta, por um lado, do facto deste tipo de objectos nos colocarem sistematicamente perante situações em que as identidades pessoais e colectivas adquirem um formato extremamente dinâmico, e onde as fronteiras entre a(s) marginalidade(s) e a(s) centralidade(s) se esbatem (Pina Cabral, 2000; Chaves, 2000; Meneses, 2000). Por outro lado, quando são abordadas numa perspectiva etnográfica, estas questões exigem-nos um esforço interdisciplinar que tende a ultrapassar o mero registo de intenções. Basta enunciarmos o tema da relação entre as substâncias químicas e as dinâmicas sociais para, facilmente, nos apercebermos da necessidade de articular e confrontar contribuições provenientes da sociologia, da antropologia social, da história, da psicologia, da neuro-biologia e até da química¹.

¹ Os autores que afirmam a necessidade de se promover uma abordagem interdisciplinar são múltiplos. A premência da interdisciplinariedade surge, novamente, reivindicada num artigo recente (Fernandes e Carvalho, 2000:17).

Em segundo lugar, a importância destes trabalhos reside no facto de nos permitirem intensificar o conhecimento produzido sobre os «habitantes» destes espaços, o que conduz, em parte, à interpelação e, por vezes, à crítica dos «saberes científicos» produzidos em contextos clínicos e terapêuticos. Quanto a este aspecto pouco haverá a acrescentar ao que o próprio Luís Fernandes tem vindo a sugerir, designadamente em *O Sítio das Drogas*, ao afirmar que a etnografia permite conceber o consumidor não apenas como uma «coisa clínica», ou como um simples produto da substância tóxica, mas como um sujeito produtor de sentido no interior dos cenários de interacção em que o consumo de drogas decorre. Nas suas próprias palavras, esta abordagem colocar-nos-ia perante «o terreno do utilizador de drogas-em-si, antes da sua codificação pelos especialistas» (22)².

Por último, estes trabalhos têm oferecido a «resistência possível» à maior parte das visões mediáticas acerca dos mercados de droga. De facto, se nos primeiros encontramos «territórios psicotrópicos» multidimensionais, heterogêneos, povoados por sujeitos fragmentados e contraditórios, nas segundas somos surpreendidos por uma espécie de reeditar, (agora em territórios urbanos como a Pasteleira ou o Casal Ventoso), de algumas das mistificações (anteriormente?) produzidas acerca das «sociedades primitivas». Nelas se acentuam traços como a simplicidade, a homogeneidade e a univocidade. Os «comportamentos disruptores» registados nesses locais são, por sua vez, atribuídos a défices de socialização ou a formas de socialização invertida que encorajariam e legitimariam a oposição às «normas civilizadas». Escusado será dizer que o problema fundamental destas conjecturas se prende com o facto de não resultarem de qualquer confronto detalhado e sistemático com a evidência empírica. Bastaria, por exemplo, uma leitura atenta das descrições que T. Neves faz do discurso de F. ou das interacções da cave, vivenciadas por L. Fernandes, para percebermos que a compreensão destes contextos sociais não se compadece com simplificações.

Nestes trechos, Luís Fernandes e Tiago Neves colocam-nos, então, perante breves registos dos seus diários de campo. Trata-se de um acto invulgar de exposição dos bastidores de uma investigação etnográfica à comunidade científica.

² A propósito destas questões, ver também os trabalhos desenvolvidos por Artur Valentim (1997, 1998, 2000).

O material apresenta-se supostamente em bruto, tal como foi produzido. A sua exibição enriquece o património etnográfico, acabando por ficar disponível a qualquer investigador que o queira utilizar, cruzar e confrontar como os seus próprios dados. A proposta que nos endereçaram no sentido de o comentar, embora rara, tem a virtude de se enquadrar plenamente numa preocupação actual da etnografia: a de procurar objectivar as condições em que as investigações se desenvolvem. Neste sentido, se não encontramos aqui reflexões dos investigadores acerca dos seus pressupostos de partida e do modo como estes afectaram a sua percepção e selecção do «real», deparamos, porém, com o registo das suas interacções com os «observados». Nestes textos, elas são deliberadamente apresentadas na primeira pessoa. Algumas vezes incluem apontamentos irónicos que revelam as emoções contraditórias experimentadas pelo etnógrafo em várias situações. É o caso, por exemplo, em que T. Neves nos descreve a deslocação ao bairro X para comprar heroína: «Metemo-nos então no carro do C. - um indivíduo de 26 anos, moreno, que não tem aspecto de *junkie* - um Peugeot 104 azul escuro, com a panela partida e a fazer um barulhão - e fomos para o bairro X. O C. a guiar, o M. atrás e eu no lugar do morto»³.

Nas páginas seguintes optámos por dialogar com os trechos dos diários de campo, centrando-nos nas experiências singulares de relação com o terreno que estes nos permitem vislumbrar, e dando particular relevância à questão do acesso às dinâmicas sociais locais. Pretendemos, fundamentalmente, que estes comentários venham a ser úteis para investigadores que estejam prestes a mergulhar em territórios etnográficos com características similares.

2 - «Ganhar acesso»

No artigo «Studying practitioners of vice and crime», texto de referência para todos aqueles que desenvolvem observação em contextos de desvio, Howard

³ Surge-nos, deste modo, claramente explicitada a interferência do investigador no contexto de estudo. Essa intervenção não deve, porém, ser considerada necessariamente maior do que a que resulta da aplicação de questionários e de entrevistas formais (Firmino da Costa, 1986:134).

Becker (1986) tece o seguinte comentário: «(...) ao estudar os desviantes confrontamo-nos também com todos os problemas relacionais com a observação e a entrevista em qualquer grupo social e, ainda, adicionalmente, com outros; ou talvez aconteça que estes problemas sejam exagerados» (1986:37). A leitura deste simples excerto adquiriu para mim, em 1993, recém-chegado ao Casal Ventoso, uma importância considerável. Com base nele aprendi que os obstáculos e os problemas que encontrava no campo não eram exclusivos, ou seja, não adquiriam uma natureza substancialmente diferente da que se poderia identificar em grande parte do trabalho etnográfico. De facto, não era apenas a mim que competia desenvolver interacções com observados que envolviam formas de poder, e de cuja gestão dependia, não só o acesso à informação, como a própria entrada no terreno (Pedroso de Lima, 1997:110). Embora exista pouca documentação coligida sobre esta matéria (Burguess, 1984: 31-52), deparamo-nos aqui com uma questão fulcral da etnografia: o problema de «ganhar acesso» às redes e às dinâmicas sociais em estudo. O modo como este problema é resolvido não determina apenas se a investigação pode ser realizada, mas também que investigação pode ser produzida, dado que ele se encontra directamente associado à posição e, portanto, à perspectiva que o investigador assumirá no interior do campo de pesquisa.

É certo que, em contextos de desvio e de ilegalidade, o «problema do acesso» é intensificado pelo secretismo e pelo facto do investigador possuir, pelo menos em alguns aspectos, menos recursos de poder do que os observados, o que o coloca sempre perante a possibilidade de sofrer um processo de expulsão. Mas, uma vez mais, estes aspectos não são exclusivos deste tipo de situações. Como afirma Mitchell Jr: «(...) o secretismo é fundamentalmente social, um atributo de relações construídas, negociadas e mantidas por actores sociais intencionais; (...) toda a acção social implica secretismo» (1993:1)⁴. A melhor prova disso é o facto do problema da ruptura com o secretismo se colocar, também, em estudos que parecem, à primeira vista, radicalmente diferentes. É, por exemplo, o caso do trabalho que Pedroso de Lima (1997) desenvolveu junto de famílias da elite empresarial de Lisboa, contexto no qual também se verifica

⁴ Obviamente, este pressuposto está claramente presente no pensamento de autores como Simmel (1906) ou Goffman (1982; 1993[1959]).

uma situação de desigualdade de poder, talvez até mais intensa, entre o investigador e os «observados»⁵.

Estando, portanto, presente em todos os quadros etnográficos, o problema do «ganhar acesso», agudiza-se em alguns deles.

Nos trechos do diário de campo de Luís Fernandes e Tiago Neves (e, deixem-me confessar, no meu próprio diário) essa preocupação está, aliás, de tal modo presente que todas as estratégias utilizadas para «ganhar acesso» se encontram neles documentadas. Procuremos identificá-las, começando, em primeiro lugar, pela mais evidente: a *utilização de informantes privilegiados* que funcionam como *Gatekeepers*⁶. De facto, as figuras de J.A. no caso de Luís Fernandes e de M. e A. para Tiago Neves surgem como essenciais no acesso inicial ao campo e não alargam do quadro de relações. Veja-se como Fernandes e Neves «dependem», respectivamente de J.A. e M. para circularem nos bairros. No primeiro caso, torna-se extremamente curioso verificar como o próprio informante securiza Luís Fernandes, quando este manifesta apreensão sobre o que irão fazer ao campo naquele dia: «Que é que vamos lá fazer?», «Que é que fazemos?». Posteriormente, já no interior de bairro, é o mesmo informante que lhe serve de guia.

Segundo as descrições, é muito possível que o contacto com informantes tenha sido o primeiro dispositivo de acesso usado por ambos os investigadores. Essa estratégia aproxima-os do processo de entrada utilizado em múltiplas etnografias clássicas realizadas em contexto urbano. É o caso, por exemplo, de *Tally's Corner*, baptizada com o nome do principal informante privilegiado utilizado por Liebow (1967) durante o estudo, ou do próprio *Street Corner Society* onde Whyte (1955) contou com a presença de Doc.

Com isto não queremos dizer que Fernandes e Neves não pudessem ter ganho acesso sem estes informantes iniciais. O trabalho tornar-se-ia certamente mais moroso e instável mas não inexequível. Justamente, uma segunda

⁵ Atente-se às seguintes palavras de Pedrosa de Lima (1997:111): «Ao trabalhar num contexto de elite, o antropólogo encontra-se numa situação em que tem menos poder que os seus «indígenas» e, em consequência disso, tem, permanentemente a noção de que o seu trabalho está dependente da vontade destes».

⁶ Na definição de Burgess (1984:48), *Gatekeepers* «(...) são aqueles indivíduos numa organização que detêm o poder de proporcionar ou impedir o acesso a pessoas ou situações com o objectivo de pesquisa».

estratégia possível, que também se encontra explicitada nos trechos, é a do *recurso a plataformas espaciais* que funcionam como «bases» de sustentação diária. Estes locais não consistem apenas em «portos de abrigo» para o investigador, mas possuem outras importantes funções. Em primeiro lugar, eles permitem que o trabalho etnográfico continue a realizar-se no seu interior, através do desenvolvimento de observações e de entrevistas, nos momentos em que a penetração diária no campo se encontra, por alguma circunstância, comprometida. Em segundo lugar, estas plataformas podem funcionar como «portas de entrada» nos bairros, característica que se acentua nas situações em que o investigador não possui contactos prévios com informantes privilegiados. Nesses casos, o acesso a plataformas converte-se na estratégia de acesso inicial. Através das relações que aí se estabelecem poder-se-á, então, começar a desenvolver o restante trabalho de campo.

É certo que determinadas plataformas são mais importantes do que outras para a investigação e que o acesso a cada uma delas é gradual. No meu caso, o acesso ao Centro Social do Casal Ventoso e o meu estatuto de monitor num projecto de intervenção foram essenciais para permanecer no bairro, conquistar informantes e aceder a outros locais mais difíceis de atingir, como, por exemplo, as colectividades ou os múltiplos cafés existentes. Ora, se no caso de Luís Fernandes não se torna absolutamente clara a importância que um espaço como a «Tasca do Careca» veio a ter, já no caso de T. Neves, arriscar-nos-íamos a afirmar que a permanência na Comissão de Moradores se afigurou decisiva para o desenrolar do trabalho. É aí que o investigador aguarda um dos seus informantes, estabelece novos contactos, assiste a festividades e pode observar aspectos relevantes que lhe suscitam, com certeza, novas interrogações. Um bom exemplo dessa situação é o episódio em que F. via com ironia o facto de um determinado sujeito envergar uma t-shirt com a legenda *Não à Droga - Sim ao Desporto*, lançado-lhe o seguinte reparo, «Tu com isso?». Imediatamente nos questionamos: Será que o interpelado era também toxicodependente? Ou teria aquela ironia outros significados relevantes para a compreensão da experiência de consumo no contexto investigado?

É também nítido o cuidado que T. Neves coloca na *apresentação de justificações*, quer para a sua presença, quer para a realização da investigação. Mais

uma vez nos encontramos perante um dado fundamental a ter em conta durante a permanência no terreno. O investigador deverá possuir justificações planeadas para a sua presença. Essa preocupação encontra-se explícita em grandes clássicos da etnografia urbana como, por exemplo, no *Urban Villagers* de H. Gans (1962), onde o autor se justifica afirmando estar a fazer uma «história recente» do North End de Boston, no *Street Corner Society* em que Whyte (1955) afirma estar a produzir uma história da localidade começando pelo presente, ou no próprio *Asylums* onde Goffman (1961) assume o papel de assistente de um director atlético.

Devemos verificar, no entanto, que Neves não apresenta justificações apenas por questões defensivas. A justificação surge aqui também como uma nova estratégia para «ganhar acesso». Ao dizer que se encontra a realizar uma investigação, e em que consiste esse trabalho, aproxima-se e estabelece uma relação com habitantes, nomeadamente com o sujeito F., que, tudo indica, virá a revelar-se importante.

Pelo contrário, nos apontamentos de Luís Fernandes não notámos o desenvolvimento de qualquer esforço de justificação. De qualquer forma, a sua situação era claramente diferente. O etnógrafo encontrava-se em circulação pelo bairro na companhia de um informante, não fazendo qualquer sentido apresentar justificações para «transitar», até porque não foi indagado a esse respeito por ninguém com quem se tivesse cruzado. Eventualmente, a situação na cave teria sido ótima para, através da intermediação de J.A, se ter apresentado a K. como investigador. Mas manifestamente a opção que fez não foi essa. Nem a necessidade, nem o «bom senso» obrigam a que a «revelação» da pesquisa seja feita a qualquer momento e a qualquer pessoa.

As notas de diário de campo de Luís Fernandes são, assim, muito ilustrativas de uma situação de *covert research* (Burguess, 1984:187-88; Mitchell Jr, 1993). O etnógrafo desenvolve o seu trabalho, optando por não revelar o seu estatuto de investigador, nem sequer que se encontra a produzir uma investigação. O mesmo acontece no episódio em que Tiago Neves se desloca ao bairro X. Em qualquer dos casos deparamos, todavia, com uma situação de *covert research* circunstancial e parcial, ou seja, que tem uma delimitação temporal clara e em que o desconhecimento da identidade do investigador não se estende a todos os copresentes.

A opção por uma *covert research* é recomendável em certas circunstâncias (Humphrey, 1970). Talvez não fosse errado, por exemplo, que L. Fernandes procurasse passar por toxicodependente entre toxicodependentes. É, no entanto, importante referir que, este tipo de trabalho, quando desenvolvido em total segredo, para além de poder provocar uma situação extremamente ansiogénica e levantar problemas éticos (Bulmer, 1982; Erickson, 1967; Mitchell Jr, 1993) pode, também, impedir o investigador de realizar entrevistas em profundidade ou mesmo inquéritos que forneçam dados passíveis de serem cruzados com os da observação participante.

Dos excertos de Luís Fernandes pode ainda extrair-se uma outra preocupação relacionada com o acesso ao campo. Trata-se da atenção que o investigador confere ao *impacto provocado pela sua presença*, o que o leva a reflectir sobre a imagem e o estatuto que lhe são atribuídos pelos «observados». Esse exercício reflexivo sobre o lugar que ocupa no contexto de investigação torna-se explícito, por exemplo, quando, ao não ter sido interpelado pelo dealer MC para comprar drogas, se questiona «apreensivo»: «Ainda não tenho um ar “fidedigno” em territórios duros?».

Não chegamos a saber se os «cuidados» de Luís Fernandes se estenderam até à escolha de uma indumentária particular ou à aprendizagem de certos códigos restritos. No entanto, a *familiarização com a gíria local* e a consciência de que a utiliza propositadamente para provocar uma «impressão de realidade» no interlocutor, procurando, com isso, gerar um sentimento de confiança relativamente a si, é notória quando diz perante MC, que demonstrara algum pudor em injectar-se perante desconhecidos «não consumidores», «Ó meu, está à bunta, qual é a tua?»⁷. É importante, no entanto, acrescentar que se o investigador não incorporar suficientemente algumas «formas de apresentação» e «estilos» específicos da população estudada, fazendo com que a «representação» surja pouco credível e grotesca aos olhos desses observados que o observam e que com ele interagem, mais valerá que não desenvolva estes esforços miméticos, pois poderá, inversamente, colher efeitos contraproducentes.

⁷ De facto, e como refere Firmino da Costa (1986:135): «Se o investigador não conhecer a língua, as regras de trânsito, ou se não se vestir duma das maneiras ali habituais para se mencionar alguns dos mais óbvios duma multidão de requisitos - o (...) impacto arrisca-se a ser muito maior» (135).

3 – Permanência no campo, multiplicação dos contactos e assunção da diversidade local

O problema do «acesso ao campo» não se esgota nestas aproximações iniciais e deverá ser sempre motivo de atenção por parte do investigador. É que, mesmo quando se encontra parcialmente assimilado pelas redes sociais internas e a sua presença se torna mais familiar, o observador jamais deixará de ser, como refere Iturra (1986:154), «um estrangeiro». Ora, estes diários contêm excelentes exemplos acerca do modo como os investigadores vão tornando progressivamente mais sólida e sustentável a sua permanência no local. Poderíamos mesmo arriscar dizer que, no «dia seguinte» a cada um dos relatos apresentados, L. Fernandes e T. Neves se encontram mais seguros no terreno do que em períodos anteriores. Veja-se, por exemplo, como, num e noutro caso, os contactos se vão multiplicando sem grande esforço por intermédio dos informantes privilegiados. Neste novo contexto, seria possível aos investigadores passarem a justificar a sua circulação nos bairros alegando estarem à procura do sujeito K. (no caso de L. Fernandes) e de F. (no caso de T. Neves), bem como desenvolverem protocolos de observação participante que incluíssem estas duas personagens. A duração, a sustentabilidade e a própria qualidade da pesquisa de terreno ficam muito a dever à capacidade dos investigadores irem alargando os informantes, os *gatekeepers* e as plataformas de apoio.

Um outro aspecto particularmente interessante, é o modo como estes registos nos demonstram que o «ganhar acesso» a um território psicotrópico é um empreendimento virtualmente inacabado, pois existem sempre diversos microterritórios no interior de espaços mais abrangentes e uma multiplicidade de segmentos limitados no interior de contextos relacionais mais amplos. E, como se tal não bastasse, as características destes microterritórios e destes segmentos vão-se alterando ao longo do tempo.

Por várias vezes encontramos os investigadores perante espaços cuja entrada é «bloqueada» por vigias, e onde, em muitos casos, nunca chegarão a entrar. T. Neves, por exemplo, é estancado à porta de um edifício com um preceptivo: «Ninguém entra!». As condições para impor a sua presença eram, neste caso, nulas e o «bom senso» recomendava que o melhor seria recuar.

Já L. Fernandes consegue um momento alto da sua permanência no terreno ao conseguir ter acesso a um edifício e a um quarto, onde se consumiam e, tudo indica, se comercializavam drogas. A conquista dessa «oportunidade de observar» foi decisiva por duas razões. Por um lado, porque permitiu a L. Fernandes abrir um precedente e demonstrar perante uma audiência que se tratava de alguém inofensivo. Por outro lado, porque lhe conferiu a possibilidade de presenciar diálogos analiticamente relevantes que, no final deste texto, embora de um modo sintético, teremos oportunidade de comentar.

Reexaminemos, porém, o momento da entrada. L. Fernandes é interpelado à porta da «torre» com um veemente, «Onde é que vais? Ei! Ei! Lá para dentro não!». Contudo, depois de um rápido conjunto de acontecimentos acabou por penetrar no edifício: «Eu ainda olho para o indivíduo que me interpelou (indirectamente embora) para lhe dar alguma explicação. Mas ele não faz menção de interagir, e eu, num segundo apenas para decidir, início a descida das escadas para a cave, disposto a segui-los».

É certo que esta decisão conteve riscos, que um investigador envolvido em contextos de ilegalidade tem a necessidade (e a «obrigação») de correr. No entanto, é também verdade que *naquelas circunstâncias* a descida *àquele território* se impunha, dado o quadro de acesso ser favorável e, eventualmente, difícil de se tornar a repetir. L. Fernandes contava, neste caso, com o reforço e a protecção do informador que lhe dizia «Caga no gajo entra!», bem como com um declinar (voluntário?) da vigilância por parte do referido «gajo». Cremos, todavia, que dispunha, aqui, fundamentalmente, de uma *boa justificação circunstancial* para entrar na cave. Referimo-nos, simplesmente, ao facto de poder sempre argumentar que se limitava a seguir os «amigos».

Este episódio documenta-nos, portanto, um outro aspecto importante para garantir a permanência no campo. Para além do investigador dispor de uma justificação geral para circular no espaço, deverá também munir-se de *justificações circunstanciais*. Isto é, justificações que podem ser apresentadas em momentos específicos a pessoas que não conhecem a investigação e que, eventualmente, não conhecem o investigador, ou, simplesmente, a indivíduos a quem pareça desajustada a relação entre os objectivos da investigação e a presença do observador em determinado lugar. Pessoalmente, entendo que o argumento de se «estar à procura de alguma pessoa» nos espaços que ela habitualmente fre-

quenta, ou «ir visitar as colectividades ou associações do bairro», são explicações confortáveis porque se podem aplicar em múltiplas circunstâncias, são plausíveis e, muitas das vezes, são, de facto, correctas.

O constante estabelecimento de contactos, tão bem documentado nestes diários, não se esgota, porém, no objectivo de permitir a sustentação no campo. Da expansão das relações depende também a própria possibilidade dos investigadores identificarem, seleccionarem e acederem aos diversos segmentos internos para, desse modo, poderem assumir e analisar a realidade estudada na sua diversidade.

Um dos riscos nas etnografias realizadas em contextos de desvio e de ilegalidade surge quando o investigador adquire um certo conforto no interior de um segmento limitado do bairro, como por exemplo uma associação local, uma colectividade desportiva ou um café, permanecendo aí grande parte do tempo. Isso significa ficar acantonado num conjunto de relações e redes sociais bastante circunscrito.

Durante um período relativamente extenso do trabalho de campo que desenvolvi no Casal Ventoso permaneci no interior do Centro Social onde realizava trabalho com jovens. Essa permanência, embora diária, tinha lugar num determinado horário, findo o qual abandonava o bairro. Não considero, por razões já referidas, que esse tempo tivesse sido desperdiçado em termos de investigação empírica. Mas, a partir do momento em que conclui estar saturada a informação captada nesse contexto e que, para proceder à sua interpretação, era forçoso cruzá-la com evidência empírica recolhida no «exterior», a necessidade de romper com a situação de entrincheiramento, impôs-se.

Esta situação de bloqueamento, que pode causar impasses e comprometer a qualidade do trabalho etnográfico, não parece ter ocorrido nos estudos agora comentados. Pelo contrário, encontramos aqui investigadores que circulam pelos territórios de estudo com relativa facilidade, acompanhando os seus informantes privilegiados e novas pessoas que com eles se vão cruzando.

Depois de garantidas as condições para observar a realidade de modo relativamente amplo, importa, naturalmente, seleccionar os segmentos e os dados mais relevantes. A justificação dessa escolha é considerada um procedimento fundamental em diversos manuais de pesquisa qualitativa (Glaser e Strauss, 1967:45; Burgess, 1984:53). É com base nesse processo que se vai constituindo

o que alguns autores designam como *amostra teórica* (Glaser e Strauss, 1967:45). Para além de depender do constante diálogo com a teoria e com as questões emergentes do «diário de campo», a constituição de uma amostra desse tipo só é exequível se o etnógrafo puder realizar observações e contactos em espaços múltiplos, bem como em diferentes períodos do dia, da semana e do mês, o que envolve um longo tempo de permanência no local.

Ora, a respeito deste processo de conhecimento e selecção dos diversos segmentos internos convirá recorrer novamente ao diário de T. Neves. Ele permite-nos verificar que o próprio diálogo com os «observados» pode desempenhar um papel nessa identificação. Vejamos, por exemplo, como, ao procurar descrever o «ambiente do bairro», F. designa uma série de categorias internas, distinguindo membros da Comissão compreensivos e incompreensivos; polícias porreiros e não porreiros; toxicodependentes organizados (categoria na qual o próprio se incluiria) e toxicodependentes «com o cachimbo cheio de lodo». É óbvio que este discurso nos permite, antes do mais, identificar um conjunto de representações, eventualmente partilhadas por outros toxicodependentes, de como o bairro se organiza do ponto de vista moral. De qualquer forma, ele fornece, também, indicações acerca de quais são os grupos que se encontram de algum modo relacionados e em confronto no seu interior.

4 – Tipos de investigador e modos de descrição

Qualquer um destes diários nos elucidam, também, acerca do «tipo de investigador» que esteve presente no terreno.

Pelo menos no período correspondente a estes trechos, facilmente nos apercebemos que estamos perante etnógrafos que desenvolveram uma relação estreita, informal e mesmo empática com os indivíduos com quem dialogaram. Por várias vezes, os surpreendemos a acompanhar os consumidores no momento da aquisição de substâncias e nas situações de consumo, continuando a manter diálogo nessas circunstâncias.

Atendendo ao contexto, e à semelhança do que referem outros investigadores como Adler (1990), consideramos que se trata do tipo de relacionamento mais adequado. Poderíamos aludir diversas razões, mas bastará dizer que, na

maior parte das vezes, é aquele que permite a captação de informações analiticamente mais relevantes.

Não se julgue, porém, que acabámos de fixar uma orientação universal acerca de como se deve funcionar nestes territórios. O *modus operandi* do observador deve ser pensado no confronto com as particularidades de cada investigação e em cada uma das suas fases. De facto, embora em termos gerais, este funcionamento se revele adequado, não podemos deixar de fazer duas ressalvas. Em primeiro lugar, ele poderá conduzir a uma situação contraditória, que aqui designamos por «paradoxo da intimidade» (Mitchell Jr, 1993:14-19). É que, se por um lado é possível desenvolver um diálogo mais amplo e frequente com pessoas com quem se estabeleceu uma relação empática, pode também acontecer definir-se um consenso implícito de que certos domínios da «privacidade» não podem ser abordados, nem colocadas determinadas questões. Esta situação aconselha a que o investigador procure, também, obter informações junto de indivíduos com os quais não estabeleceu relações íntimas, nomeadamente através de entrevistas realizadas em contexto formal.

Em segundo lugar, uma participação permanente e excessivamente atenta junto dos habitantes pode causar uma certa aversão relativamente à pesquisa. O investigador deve estar, portanto, disposto a perder estrategicamente informações, procurando não se intrometer ostensivamente nas dinâmicas interaccionais. Este «afastamento estratégico» tornou-se particularmente evidente no momento em que Luís Fernandes deixou que a conversa entre J.A e MC prosseguisse sem se aproximar: «Eu e a P. afastamo-nos um pouco, ficando então parados a conversar, à espera que a conversa entre o J.A e o MC se desenvolva (...)». Só um pouco mais tarde é que acabou por ter acesso ao diálogo.

Uma perda estratégica de informação não equivale, necessariamente, a um corte com a observação, não só porque se podem escutar e observar as práticas directamente sem participar de um modo evidente, mas também porque, muitas vezes, é possível ter acesso a informações com conteúdo próximo mais tarde, sem necessariamente ter de se colocar as questões de modo ostensivo. Registámos, por exemplo, um episódio elucidativo no momento em que T. Neves descreve a sua relação com F. De facto, acabou por ser este último quem, depois de revelar uma certa desconfiança ou indisponibilidade para dialogar com

o investigador, voltou a aproximar-se disposto a trocar impressões, sem que alguém o tivesse solicitado.

Para finalizar, gostaríamos de referir que as condições criadas por estes investigadores no terreno lhes permitiram elaborar um vasto conjunto de descrições. Parte delas cobrem aspectos rotineiros, como seja o trânsito de pessoas no interior dos bairros, paisagem que L. Fernandes refere, no início do seu texto, como sendo a «do costume». Uma outra parte das descrições centra-se nas experiências singulares presenciadas e vivenciadas pelos próprios como, por exemplo, a da entrada na cave ou a ida ao bairro X para comprar droga. Os eventos extraordinários abundam nestes trechos, dado que, como referimos atrás, nos encontramos perante investigações em que os observadores parecem usufruir de uma considerável mobilidade, pelo menos quando se encontram na presença dos informadores.

Para qualquer etnógrafo nestes territórios este é mais um aspecto a aprender com os diários apresentados. Tal com tem sido referido desde as primeiras tentativas de sistematização do método etnográfico (Malinovski, 1922)⁸, nem a descrição das «rotinas diárias» deve ser considerada suficiente, nem deve ser esquecida em nome da focalização exclusiva nas situações mais imponderáveis e singulares da pesquisa de terreno. Ambos os registos são imprescindíveis.

Seja qual for a natureza dessas descrições, elas surgem aqui exaustivamente anotadas. A exaustividade e o detalhe são sempre aconselháveis, sobretudo nos momentos em que se torna ainda difícil identificar a maior ou menor relevância de cada observação particular (Burgess, 1982:191). Muitas vezes, certas anotações que pareciam inicialmente irrelevantes vêm mais tarde a revelar-se centrais no trabalho. Essa situação verificou-se na minha própria pesquisa etnográfica relativamente à descrição detalhada do *dar à fuga* (Chaves, 1999 a; 2000). Foi com base nela que se tornou possível elaborar um quadro de análise situacional (Gluckman, 1958, 1961; Santos, 1983; VanVelsen, 1967).

A exaustividade das anotações de Luís Fernandes e Tiago Neves estende-se às descrições físicas dos locais e às experiências sensoriais que estes provocam. Tais descrições são essenciais para abordar, fenomenologicamente, a

⁸ Veja-se, porém, o modo como Jill R. Dias (1997) considera que a atribuição de um «carácter revolucionário» ao método etnográfico de Malinovski constitui um dado discutível.

experiência dos «observados» e dos investigadores no interior dos microterritórios que atravessam.

A opção por uma transcrição exaustiva favorece, também, a posterior construção de um conhecimento «mais justo» da realidade analisada (Fernandes, 1998:208) e, porque não dizê-lo, a realização de descobertas. Se estas últimas só podem ser produzidas com o concurso da teoria e das hipóteses previamente elaboradas, é certo que, muitas vezes, são, essas mesmas descobertas que obrigam à construção de novos quadros teóricos, com base na confluência de diversas perspectivas.

Recordemo-nos, por exemplo, do episódio da cave, descrito nas notas de Luís Fernandes. Nessa situação, o sujeito K., ao mesmo tempo que cedia o espaço de um quarto para que, na presença dos filhos, MC consumisse heroína, proferia o seguinte discurso diante dos seus interlocutores: «Agora quero endireitar a vida. Às vezes sinto-me culpado disto tudo. Os meus miúdos não tiveram um bom exemplo, eu nessa altura devia ter agido doutra maneira. Vê lá, a minha miúda também anda na Meta, o meu miúdo anda aí a vender algumas gramas por dia, pá, é extremamente perigoso mas tem de ser. Agora que tenho um netinho quero ver se dou outro exemplo.»

Trata-se de um trecho ilustrativo de uma das mais importantes descobertas realizadas nestes trabalhos e que surge bem evidenciada em *O Sítio das Drogas* (Fernandes, 1998). Refiro-me ao reconhecimento da desadequação do pensamento dicotómico para analisar as questões do desvio. De facto, esse pensamento que tende a reificar as vivências marginais e os contextos normativizados, diferenciando-os radicalmente, tem vindo a ser posto em causa pela evidência empírica captada nos meios onde se realiza consumo e comércio de drogas (Bourgois, 1996; Chaves, 1999a). Mais uma vez, no caso descrito, deparamos com um actor «desviante» que produz discursos e práticas que não podem ser totalmente classificados como desviantes ou hegemónicos. Pelo contrário, encontramos um conjunto de fórmulas discursivas e práticas onde se convocam figuras, entidades e lógicas opostas, senão concorrentes, provenientes de diferentes «universos de sentido». Ou seja, encontramos-nos perante sujeitos que vão construindo quer as suas representações, quer a sua própria identidade num quadro multireferencial (Chaves, 1999a, 2000). Este facto coloca o investigador perante a necessidade de incorporar determinadas propostas teóricas sem

as quais o trabalho de interpretação estaria comprometido. Destacamos, neste caso, e sem prejuízo de outras perspectivas, a «teoria da associação diferencial» (Sutherland e Cressey, 1966), a *naturalistic perspective* de D. Matza (1964, 1969), o pensamento de E. Goffman (1982[1963], 1993[1959], 1961), o interaccionismo simbólico (Mead 1962 [1934]; Charon, 1979; Blumer, 1969), a «teoria da acção» de A. Giddens (1987[1984], 1994[1991]) e as propostas de J. Turner (1988)⁹.

Alguns leitores argumentarão que, provavelmente, o discurso produzido por K. seria diferente noutras situações. Mas é, justamente, esta «adequação» dos discursos à diversidade de contextos e interlocutores que nos obriga a conceber o sujeito «desviante» de modo dinâmico e, em parte, como uma identidade fragmentada. Teremos, porém, que transportar para a compreensão do desvio, as propriedades de multiplicidade, heterogeneidade e contradição que estamos dispostos a conferir a outros objectos de análise.

Como refere de um modo muito sintético um entrevistado de Luís Fernandes numa declaração que não consta destas notas: «os delinquentes são como as pessoas...» (Fernandes, 1998:182).

Bibliografia

- ADLER, P. (1985) *Wheeling and Dealing*, Columbia University Press: Nova Iorque.
- BAPTISTA, L. e CHAVES, M. (1997) «Sociólogos e antropólogos: estereótipos sem outros homólogos», *Ethnologia*, nº 6-8, 217-226.
- BECKER, H. (1986) «Practitioners of vice and crime» in R.W. Habenstein (org.) *Pathways to Data*, Aldine: Chicago, 30-49.
- BOURGOIS, Ph. (1996) *In Search of Respect - Selling Crack in El Barrio*, Cambridge University Press: Cambridge.
- BLUMER, H. (1969) *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Prentice Hall: Englewood Cliffs.
- BULMER, M. (1982) (org.) *Social Research Ethics*, Macmillan: Londres.
- BURGESS, R. (1984) *In the Field. An Introduction to Field Research*, Routledge: Londres.

⁹ Foram estas as perspectivas a que recorri no capítulo final de um trabalho de investigação desenvolvido no Casal Ventoso (Chaves, 1999a: 324-337). Aí se encontra uma proposta de articulação entre elas.

- CABRAL, J. P. (2000) «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições», *Análise Social*, 153, 865-892.
- CHARON, J. (1979) *Symbolic Interactionism: an Introduction, an Interpretation, an Integration*, Prentice-Hall: New Jersey.
- CHAVES, M. (1997) «Estrutura de oportunidades ilegais e formas de argumentação no Casal Ventoso», *Toxicodependências*, 2, Junho, 7-13.
- CHAVES, M. (1998) «Consumos de "novas drogas": pontos de partida para a investigação sociológica», *Toxicodependências*, vol. 4, n° 2, 15-23.
- CHAVES, M. (1999a) *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, ICS: Lisboa.
- CHAVES, M. (1999b) «O estigma como espelho: notas sobre a deterioração de uma identidade territorializada», *Forum sociológico*, 1/2 (IIª série), 289-320.
- CHAVES, M. (2000) «Dar à Fuga: comunidade e sujeito num contexto de narcotráfico», *Análise Social*, 153, 893-932.
- COSTA, A. F. (1986) «A pesquisa de terreno em sociologia» in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento: Porto.
- DIAS, J. (1997) «Entre arte e ciência ou o etnógrafo como "herói romântico": Malinowski e o trabalho de campo antropológico», *Etnologia*, 6-8, 39-54.
- ERICKSON, K. T. (1967) «A comment on disguised observation on sociology», *Social Problems*, vol. 15, 4, 366-373.
- FERNANDES, L. (1998) *O Sítio das Drogas*, Editorial Notícias: Lisboa.
- FERNANDES, L. e AGRA, C. (1991) *Uma Topografia Urbana das Drogas*, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga/Centro de Ciências do Comportamento Desviante: Porto.
- FERNANDES, L. e CARVALHO, M.C. (2000) «Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do snowball», *Toxicodependências*, vol. 6, 3, 17-28.
- GANS, H. J. (1962) *The Urban Villagers*, The Free Press of Glencoe: Nova Iorque.
- GIDDENS, A. (1987[1984]) *La constitution de la société*, PUF: Paris. Tit. Original: *The Constitution of Society*, Polity Press: Cambridge.
- GIDDENS, A. (1994[1991]) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta: Oeiras. Tit. Original: *Modernity and Self-Identity - Self and Society in the Late Modern Age*, Polity Press: Cambridge.
- GLASER, B. G. e STRAUSS, A. L. (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Aldine: Chicago.
- GLUCKMAN, M. (1958) «Analysis of a social situation in modern Zululand», *The Rhodes Livingstone Paper*, vol. 28, 1-75.
- GLUCKMAN, M. (1961) «Ethnographic data in British social anthropology», *Sociological Review*, vol. 9, 1, 5-17.
- GOFFMAN, E. (1961) *Asylums*, Doubleday: Nova Iorque.

- GOFFMAN, E. (1982[1963]) *Estigma. Notas Sobre a Manipulação de uma Identidade Deteriorada*, Zahar Editores: Rio de Janeiro. Tit. Original: *Stigma - Notes on the Management of Spoiled Identity*, Prentice Hall: Englewood Cliffs.
- GOFFMAN, E. (1993[1959]) *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Relógio d'Água: Lisboa. Tit. Original: *The Presentation of Self in Everyday Life*: Anchor Books.
- GUBRIUM, J. (1988) *Analysing Field Reality*, SAGE: Londres.
- HUMPHREYS, L. (1970) *Tearoom Trade*, Duckworth: Londres.
- ITURRA, R. (1986) «Trabalho de campo e observação participante em antropologia» in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento: Porto.
- LIEBOW, E. (1967) *Tally's Corner. A Study of Negro Streetcorner Men*, Little, Brown and Company: Boston.
- LIMA, A. P. (1997) «Trabalho de campo com famílias da elite empresarial de Lisboa: um terreno para a análise e o exercício de relações de poder», *Etnologia*, 6-8, 105-122.
- MALINOVSKI, B. (1922) *Argonauts of the Western Pacific*, Routledge & Kegan Paul: Londres.
- MATZA, D. (1964) *Delinquency and Drift*, Wiley: Nova Iorque.
- MATZA, D. (1969) *Becoming Deviant*, Prentice Hall: Nova Iorque.
- MEAD, G. H. (1962[1934]) *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*, The University of Chicago Press: Chicago.
- MENESES, I. (2000) «Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa», *Análise Social*, 153, 933-956.
- MITCHELL Jr, R. (1993) *Secrecy and Fieldwork*, SAGE: Londres.
- NEVES, T. (2000) «Economia subterrânea e cultura de resistência», *Colectânea de Textos do CAT das Taipas*, vol. XXII.
- SANTOS, B. S. (1983) «Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-60.
- SIMMEL, G. (1906) «The sociology of secrecy and secret societies», *American Journal of Sociology*, 11, 441-498.
- SUTHERLAND, E. H. e CRESSEY, D. R. (1966) *Principles of Criminology*, J. P. Lippincott: Filadélfia.
- TURNER, J. H. (1988) *A Theory of Social Interaction*, Stanford University Press: Stanford.
- VALENTIM, A. (1997) «A construção social do problema-droga em Portugal: alguns dados sobre a evolução recente», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 5, 81-102.
- VALENTIM, A. (1998) «Droga, dependência e sociedade: uma incursão (crítica) no campo do pensamento sobre as drogas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 137-170.
- VALENTIM, A. (2000) «O campo da droga em Portugal: medicalização e legitimação na construção do interdito», *Análise Social*, 153, 1007-1042.
- VANVELSEN, J. (1967) «The extended-case method and situational analysis», in A. A. Epstein (org.), *The Craft of Social Anthropology*, Tavistock Publications: Londres.
- WHYTE, W. F. (1955) *Street Corner Society*, The University of Chicago Press: Chicago.